

A VIOLÊNCIA NO CAMPO NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR: UM RECORTE NA REGIÃO DA PRELAZIA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA EM 1970 A 1980

THE VIOLENCE IN THE COUNTRYSIDE DURING THE MILITARY DICTATORSHIP: A DEEP HISTORICAL SCAN ON THE REGION WHERE THE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA'S PRELATURE TOOK PLACE FROM 1970 UP TO 1980

Fernanda Queiroz de Menezes

Mestranda em História pela UFMT

prof.menezes27@gmail.com

Resumo

O presente artigo trata da questão da violência no campo no período da ditadura militar, momento que os projetos de ocupação dirigida ganharam mais ênfase e assim, a região que abrange a Prelazia de São Félix do Araguaia fora privilegiada por projetos agropecuários. Várias empresas agropecuárias chegaram nesta área com uma nova lógica organizacional, provocando conflitos agrários. A Igreja Católica desempenhou na Prelazia de São Félix do Araguaia um papel fundamental na defesa das populações que já ocupavam aquelas áreas.

Palavras-chave: Violência. Ditadura Militar. Igreja.

Abstract

The present article deal of the question of violence in the field during the military dictatorship period, moment that the occupation directed gained more emphasis and, thus, the region that covering the Prelature of São Félix do Araguaia was privileged to projects of type with livestock agriculture. The region received many livestock agriculture companies that arrived with a new organizational logic, so it occurred agrarian conflicts. The Catholic Church played a fundamental role in the defense of the population that had been occupying the region for a long time before.

Keywords: Violence. Military Dictatorship. Church.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo identificar a violência que os religiosos da Prelazia de São Félix do Araguaia¹ sofreram no período da Ditadura Militar² e quais as formas de resistência que eles adotaram para combater as ações repressivas que sofreram. Partimos então do recorte temporal que abrange 1970 a 1980, fazendo alguns recuos e avanços sempre que necessário.

O marco espacial deste artigo é a região que foi denominada como Prelazia de São Félix do Araguaia. Esta área encontra-se no Nordeste do Estado do Mato Grosso, na Amazônia Legal³, tendo como área aproximada 150.000 km², situada entre os rios Araguaia e Xingu.

A área compreende distritos e vilas que estavam vinculados politicamente à cidade de Barra do Garças (ficava 700 km de distância da região) e sofriam com ausência de infraestrutura. O Mapa abaixo é um mapa geográfico da região, o nosso recorte espacial é feito a partir de uma divisão que foi realizada pela Igreja Católica na década de 70 e que ficou assim conhecida, porém ele nos serve aqui, pois apresenta acertadamente a localização da região e os povoados que a compreendem (eram quinze no total que faziam parte da Prelazia de São Félix do Araguaia). São Félix do Araguaia, juntamente com Santa Terezinha e Luciara, foram os que surgiram primeiro no Araguaia matogrossense. Atualmente todos os quinze são sede de municípios e alguns sofreram mudanças na sua nomenclatura. Antes de alcançar a sua emancipação política estes povoados estavam sob a jurisdição de Barra do Garças, que ficava ao Sul, até mesmo os moradores de Luciara que desde esta época era município, mas pela precariedade e carência de infraestrutura também se voltava para esta cidade.

¹ Prelazia é um tipo de circunscrição eclesiástica, que não tem autonomia ou independência financeira, que ainda não é organizada. Ver: SCALLOPE, Marluce de Oliveira Machado. *Práticas midiáticas e cidadania no Araguaia* – o jornal Alvorada. Cuiabá: KCM Editora, 2012.

² Algumas vertentes historiográficas trabalham com a perspectiva de que foi uma ditadura civil-militar pelo apoio que a ditadura recebeu inicialmente dos civis, por isso o uso de ditadura civil-militar – ver: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O Brasil republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 – vol. 4. Mas neste caso, trabalhamos com a nomenclatura de ditadura militar, pois estamos tratando da atuação repressiva dos militares e principalmente, por trabalharmos com o período governado pelo que ficou conhecido como linha dura, que atuou num Estado de suspensão dos direitos civis e forte repressão 1968-1976.

³A região Norte está inserida na Amazônia que compreende os Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins. A Amazônia Legal é acrescida pelo Estado de Mato Grosso e parte do Maranhão.



Fonte: MIRANDA, Leodete. *Mapa do Estado de Mato Grosso – A Microrregião do Nordeste do Araguaia*

Para amparar nosso trabalho, nos debruçamos em leituras de alguns teóricos, haja vista que ao fazer este estudo, nos deparamos com uma série de conceitos que se fazem presentes e que vão ressignificando ao longo do tempo:

A história dos conceitos coloca-se como problemática indagar a partir de quando determinados conceitos são resultado de um processo de teorização. Essa problemática é possível de ser empiricamente tratada, objetivando essa constatação, por meio do trabalho com as fontes⁴.

Os conceitos trabalhados como de colonização, violência, entre outros têm a função de nos ajudar a entender os fenômenos que ocorreram em um determinado momento histórico, pois o “conceito desvalido de sua contextualização pode produzir significados que não

⁴ KOSELLECK, Reinhart. *Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos*. Revista de Estudos Históricos, vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro. 1992, p. 136.

correspondem à história trabalhada e pensada”⁵. Por isso a necessidade de diferenciar conceito de palavra. Para Koselleck um conceito tem que necessariamente ser polissêmico, não tendo assim um único sentido, tendo que ser interpretado de acordo com o seu tempo histórico. “O entendimento dos conceitos fornecem a chave para a compreensão dos fenômenos do passado, que não poderiam ser entendidos hoje, neste sentido, a história dos conceitos torna-se parte da história social”⁶.

Ainda sobre esta questão, pensando a nossa prática historiográfica e a utilização dos conceitos, segundo Proto:

A prática historiográfica sem conceitos estaria “condenada” a não oferecer clareza e subsídios teóricos facilitadores para a pesquisa histórica e para as conjecturas sociais, dificultando o trabalho do/a historiador/a em significar ou ressignificar as experiências e o próprio devir do ser humano⁷.

Com efeito, buscamos através da documentação que foi produzida na Prelazia naquele momento, rastrear e identificar através destes relatos e o arquivo que foi produzido, de que forma ocorreram os conflitos e como eles foram incorporados pelas populações:

O arquivo se constitui um testemunho imprescindível para a memória das violências ocorridas contra trabalhadores, posseiros, índios, moradores dos pequenos povoados do Araguaia e religiosos. Os historiadores encontram, neste material, uma base importante para o trabalho com a memória, a fim de efetuar as relações fulcrais entre testemunho (relato do que foi vivido pela testemunha) e a explicação histórica. Desse modo, para os historiadores, institui-se “[...] um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental.” Mais que isso, atravessando esta trajetória, no campo da história, a memória-declarada, tornada documento, toma forma na narrativa histórica⁸.

Refletimos então, a partir destas informações, sobre os impactos das políticas governamentais que foram implantadas neste período na Amazonia Legal, mais especificamente na Prelazia de São Félix do Araguaia, que a partir do processo de implantação das políticas de colonização, chegaram várias empresas para ocupar terras que já eram usadas por índios, posseiros, abarcando, em alguns casos, a área que eles iriam apropriar

⁵ PROTO, Leonardo Venicius Parreira. *História dos Conceitos*: fundamento teórico-metodológico para a construção da historiografia. Revista Espaço Acadêmico, Nº 122 – julho, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12749>. Acessado em: 27/02/2014, p. 78.

⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira: Revisão da tradução César Benjamim. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC – Rio, 2006, p. 103.

⁷ PROTO, op. cit., p. 77.

⁸ GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *História, trabalho e memória política*. Revista Mundos do Trabalho. v. 5, n. 10 (2013) ED: UFSC.

era a dos próprios povoados. Esta chegada alterou a organização local, acarretando o conflito pela terra, nos quais a Igreja Católica que atuava na região ocupou uma posição central como mediadora dos problemas, ficando do lado da população local, e por isso, sofreu violência tanto por parte das fazendas (empresas agropecuárias) como do próprio governo militar, que via essa Igreja como “subversiva e comunista”.

2. As políticas de ocupação do governo militar e a Prelazia de São Félix do Araguaia

As políticas de ocupação empreendidas pelo governo militar foram readaptadas e ressignificadas, pois este projeto remete a “Marcha para o Oeste” de Getúlio Vargas de 1937, e é repensado pelos militares, haja vista que era necessário resolver a situação no campo, principalmente do pequeno produtor e do latifúndio do Rio Grande do Sul:

A positividade da política com que se apresenta a intervenção do governo militar, aliada à iniciativa privada, aparece como o pressuposto da legitimidade das ações a serem adotadas, com base em critérios objetivos dispostos a construir soluções para o problema social da terra, resultado direto de uma grande distorção demográfica. Assim, uma racional “redistribuição de populações” estimularia a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia, assim como do Nordeste. A SUDAM, como instituição, passa a ter a força de um dispositivo político eficaz para cumprir com esta “determinação de autoridade”, orientada para o desenvolvimento e progresso do país. Por meio deste órgão reorienta-se a política de incentivos fiscais – que privilegiava antes as atividades industriais – para os projetos agropecuários, com o fim de atrair o empresariado a investir na Amazônia. Contudo, na concepção dos militares e dos empresários, não poderá haver progresso econômico sem “paz no campo”, ou seja, sem controle social⁹.

Os militares enxergavam os conflitos que ocorriam no campo, como um problema sério a ser resolvido. Por isso a área do Araguaia matogrossense, principalmente na década de 70, passou a ter uma nova configuração, pois o governo militar passou a dar ênfase aos projetos de ocupação dirigida da Amazônia Legal que, em Mato Grosso, teve início com as migrações vindas especialmente do Sul (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina). Esta política de colonização deslocou, segundo Barrozo, milhares de famílias de agricultores, tentando resolver o problema do minifúndio e da agricultura mecanizada recorrente no Sul e Sudeste do Brasil.

⁹ GUIMARÃES NETO, op. cit. p. 3-4.

Esse processo de ocupação (ou podemos pensar em (re) ocupação como trabalha Barrozo¹⁰ ocorreu com a chegada das várias empresas agropecuárias naquelas áreas. Foi uma política de ocupação que não foi bem pensada e articulada, visto que as pessoas que chegaram a Mato Grosso se depararam com uma população que vivia nesta região desde muito tempo, a qual tirava o seu sustento da terra – mesmo que sem o uso de tecnologias como as utilizadas pela grande empresa e ainda com uma forte carência de infraestrutura.

O governo militar utilizou com recurso a propaganda para convencer as pessoas que migraram, principalmente do Sul e Sudeste e também as populações que eram necessárias para o trabalho (mão-de-obra) que vieram principalmente do Nordeste, com a promessa de uma terra farta, que aqui tudo que se plantava se colhia, colocando essas áreas como uma terra de riqueza e produção, que precisava ser utilizada, “explorava-se a imagem da Amazônia como um verdadeiro paraíso de riquezas naturais através de propagandas divulgadas não só dentro do país como no exterior¹¹”.

O governo criou órgãos como o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para organizar e coordenar na implantação da política de colonização, o BASA (Banco da Amazônia), a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia), SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro Oeste), entre outros órgãos para contribuir com os projetos de colonização. Em Mato Grosso os projetos de ocupação dirigida foram executados predominantemente através da colonização privada.

Após 1937, com a “Marcha para o Oeste” as tentativas de ocupar e atrair investimentos para sua área Norte (o atual Estado de Mato Grosso), se intensificaram, mas os efeitos concretos só vieram nos anos 1970, com a transformação da região em “Fronteira Agrícola” e fartos incentivos do governo aos empresários, viabilizados por órgãos como a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) e a SUDECO (Superintendência para o Desenvolvimento do Centro-Oeste), e programas governamentais como o PIN (Programa de Integração Nacional) e o POLONOROESTE (Programa de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil), que canalizaram para a mesma, incentivos fiscais, linhas de financiamentos, juros subsidiados e prazos generosos¹².

¹⁰ Vamos utilizar aqui o termo ocupação por tratar de políticas de ocupação, mas temos conhecimento da existência de populações nestas regiões, por isso mencionamos o termo re-ocupação. Ver: BARROZO, João Carlos. A Questão Agrária em Mato Grosso: a persistência da grande propriedade. In: BARROZO, João Carlos (Orgs). *Mato Grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2010.

¹¹ JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: Carlini & Carniato Editorial; EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2007, p. 14.

¹² Id., Ibid., p. 20-21.

Através dos incentivos fiscais e propagandas voltadas para a Amazônia, esta região tornou-se o que José de Souza Martins¹³ denominou de “Fronteira Agrícola”, atraindo empresários para investir e ocupar estes espaços, utilizando os financiamentos que o governo dispôs, e “desenvolvendo” esta parte do país.

O objetivo do governo:

[...] era expandir a fronteira econômica, em especial a agrícola, conforme previsto pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Suprir-se-ia a carência de mão-de-obra na região com programas de colonização dirigidos especificamente para o excedente populacional nordestino, de acordo com as estratégias da Operação Amazônica, ocupando as margens das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém¹⁴.

Sobre a SUDAM, ela era o órgão responsável pela aprovação dos projetos, que segundo Ianni:

[...] passou a ser, desde sua criação em 1966, provavelmente o principal órgão do governo federal para a dinamização da economia amazonense. Além de coordenar e supervisionar (e mesmo elaborar) programas e planos de outros órgãos federais atuando na região, a SUDAM criou incentivos fiscais e financeiros especiais para atrair investidores privados, nacionais e estrangeiros. Foi a partir da criação da SUDAM que começaram a ganhar dinamismo os empreendimentos dos setores agrícola, pecuário, industriais e de mineração¹⁵.

Foi nesse processo de “modernização” do Estado do Mato Grosso que culminaram os sérios conflitos na área de abrangência da Prelazia de São Félix do Araguaia, nas grandes fazendas instaladas naquele espaço.

Com os incentivos e financiamentos por parte do governo na Amazônia Legal, região privilegiada pelos militares para implantar os projetos de colonização e agropecuários, que incentivou a vinda dessas empresas, que na sua maioria, utilizaram os subsídios, incentivos fiscais e financiamentos oferecidos por órgãos federais, além da aquisição de grandes áreas de terra a preços irrisórios.

¹³ Sobre essas áreas de fronteira ver: MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

¹⁴ Id., *Ibid.*, p. 21.

¹⁵ IANNI, Octávio. *A luta pela terra: história social pela terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petropolis: Vozes, 1979, p. 60.

O Brasil viveu de 1964 a 1985 sob a égide da Ditadura Militar, com maior intensidade entre 1968 a 1976, período caracterizado como “linha dura”¹⁶, em que houve a suspensão dos direitos civis, culminado principalmente com a instauração do Ato Institucional nº 5.

Pensando historicamente sobre o governo militar, é necessário recuar para entender a base deste órgão que era as Forças Armadas brasileiras. Após a Segunda Guerra Mundial, e o acirramento da Guerra Fria, entre Estados Unidos e União Soviética, o governo criou em 1949 a Escola Superior de Guerra, importando modelo norte-americano e francês, instaurando no Brasil a Doutrina de Segurança Nacional:

Em 1964 deu-se a tomada do poder pelos militares, numa bem orquestrada política de desestabilização que envolveu empresas nacionais e transnacionais, o governo americano e setores das Forças Armadas originários da Escola Superior de Guerra, que coordenava as iniciativas dos conspiradores civis e militares. A necessária justificação ideológica para a tomada do poder e a modificação de suas estruturas foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional, ministrada na Escola Superior de Guerra, cuja assistência técnica norte-americana e francesa, tinha por objetivo treinar pessoal de alto nível no sentido de exercer funções de direção e planejamento da segurança nacional¹⁷.

Segundo Montagna, os interesses dos Estados Unidos em auxiliar e até financiar um golpe de Estado em países do chamado Terceiro Mundo, principalmente depois de 1959 com a Revolução Cubana, que representou para o mundo o perigo do comunismo, e haja vista que João Goulart, presidente do Brasil na época adotava uma posição mais progressista que conservadora:

O perigo agora, não era mais a invasão russa pelo Atlântico, mas sim a subversão interna, infiltração e revoluções em países do Terceiro Mundo todas comandadas, instigadas, orientadas e financiadas por Moscou, com a finalidade de comandar o mundo. A guerra contra o comunismo, deveria ser agora ser promovida no interior das nações do Terceiro Mundo contra o inimigo interno, através de suas forças armadas e de segurança nacional, contando com a ajuda americana que enviava material para lutas anti-guerrilhas e dólares¹⁸.

¹⁶ Ver: FICCO, Carlos. Espionagem, polícia, política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 – vol. 4.

¹⁷ ALVES apud BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 – vol. 4, p. 20.

¹⁸ MONTAGNA, Wilson. *A Doutrina da Segurança Nacional*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. Vol 6, 1986. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12296>. Acessado em: 26/02/2014. p. 36.

Constamos assim, a importância da criação da Escola Superior de Guerra para o que ocorreria em 1964 no Brasil, destacando que esta escola e seu programa fora pautado na Doutrina de Segurança Nacional¹⁹, e “com base na Doutrina de Segurança Nacional, estabeleceu novas especificações para o papel das Forças Armadas no processo político²⁰”.

No que toca aos possíveis motivos do Golpe e aos fatos que ocorreram em 1964 e que culminara na tomada dos militares não vamos nos ater aqui²¹, o que nos importa aqui é tratar a forma como os militares governaram o Brasil e o organizaram pautados na Doutrina de Segurança Nacional, e foi dentro desta lógica que os projetos de colonização para a Amazônia foram gestados e implantados no Mato Grosso. Por isso é importante entender essa Doutrina que foi instaurada nas Forças Armadas, pois ela nos ajuda a compreender a política adotada pelos militares que:

[...] obediente aos ditames da Doutrina de Segurança Nacional, vão-se detectar diversas transfigurações, tanto no nível estratégico quanto no nível tático. Durante os 21 anos de regime militar não houve nenhum tipo de alternância partidária do poder, mas somente entre as correntes militares que trafegavam no seio das Forças Armadas²².

Os militares governaram o Brasil de forma autoritária, apoiados pela sociedade civil, pelo setor industrial, pelo empresariado e até pela Igreja para alcançar seu objetivo maior, que era a tomada de poder, para o qual o apoio da sociedade civil foi importante para a execução do golpe. É importante destacar que os grupos civis que estavam articulados com as Forças Armadas esperavam que os últimos entregassem o governo assim que a situação se normalizasse como ocorrera na política brasileira até aquele momento, ou seja, os civis esperavam que os golpistas só colocariam a “casa em ordem” e em seguida entregariam novamente o governo aos civis. Porém, os militares não se retiraram, permanecendo no poder até 1984.

Com a criação e promulgação do Estatuto da Terra de 1964, durante o governo de Castelo Branco, este já direcionava os projetos de colonização como um substitutivo ao

¹⁹ Sobre a Doutrina de Segurança Nacional ver: ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005.

²⁰ BORGES, op. cit., p. 20.

²¹ Sobre o Golpe e a sua conjuntura ver: FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011 – vol. 3.

²² Id, *ibid.*, 2012, p. 21.

projeto de reforma agrária que estava sendo discutido anteriormente no governo de João Goulart e que ganhou força no início da década de 60. É com o conceito de colonização presente neste documento que tratamos os conflitos que decorreram da chegada das agropecuárias no Araguaia matogrossense, e pensamos a questão da violência no campo que ocorreu na Prelazia de São Félix do Araguaia.

Durante o governo militar, utilizando-se do Decreto Nº 59.428, de 27 de outubro de 1966, no seu 5º Artigo, presente no Estatuto da Terra, a política de colonização foi definida como:

Art. 5º A *Colonização* é toda atividade oficial ou particular destinada a dar acesso à propriedade da terra e a promover seu aproveitamento econômico, mediante o exercício de atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, através da divisão de lotes ou parcelas, dimensionadas de acordo com as regiões definidas na regulamentação do Estatuto da Terra, ou através de cooperativas de produção nela previstas²³.

O documento trata também a questão da Reforma Agrária e este documento apresenta-se com teor conservador, no sentido de que a lei veio para amenizar os conflitos internos sobre a terra, “à medida que pretendeu atenuar os conflitos no campo, propondo a colonização das ‘áreas desocupadas’”²⁴. Em relação à questão das áreas desocupadas, é importante destacar que essas áreas estavam ocupadas, pois já havia pessoas que habitavam a região desde tempos.

No texto legal a reforma agrária é referida como um conjunto de medidas que visavam promover a melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e seu uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade²⁵.

O discurso ali presente era o de modernização, e que os projetos deveriam ser dirigidos para as áreas que segundo eles, as terras que não fossem ocupadas, segundo eles terras devolutas:

Pretendendo obstaculizar a reforma agrária em terras particulares, a legislação estabeleceu que a desapropriação por interesse social só poderia ser feita quando o Estado providenciasse a *prévia e justa indenização*. Ora,

²³ *ESTATUTO da Terra*. Legislação Agrária Atualizada. São Paulo; Sugestões Literárias, 1978, p. 178.

²⁴ ALVES, Leonice Aparecida de Fátima, JOANONI NETO, Vitale. O “Estatuto da Terra” e as Políticas Agrárias no Mato Grosso: algumas reflexões. In: BARROZO, João Carlos (Orgs). *Mato Grosso: a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (Século XX)*. São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2010, p. 36.

²⁵ Id., ibid., 2010, p. 36.

só o fato de a indenização ter de ser prévia reduzia, de forma significativa, a possibilidade de o Governo proceder à desapropriação; no que tange às benfeitorias, as mesmas deveriam ser pagas em moeda corrente, e não em títulos da dívida pública. Ademais, a leitura de seus artigos, especialmente nos itens *colonização* e *reforma agrária*, podemos identificar que estes procedimentos priorizariam as terras públicas do tipo devolutas²⁶.

A chegada dos projetos agropecuários ao Araguaia, na área de jurisdição da Prelazia de São Félix, mudou a lógica do lugar. Grande parte das fazendas tomou posse de terras que já estavam ocupadas, da qual a população local tirava seu sustento, sendo que os últimos, segundo a lei, tinham direitos sobre a terra pelo tempo que já a ocupavam (porém, essas populações não tinham essa noção de propriedade no seu teor jurídico), e os que chegaram por último (o grande proprietário) tinha a documentação das terras e o apoio do governo, fator que culminou vários conflitos na região.

As empresas agropecuárias se apossaram de grandes extensões de terra, como a Suiá-Missu que tinha 695.843 hectares ou a CODEARA (Cia de Desenvolvimento do Araguaia) 129.497ha sendo que no caso da última, sua extensão abarcava não só áreas ocupadas por posseiros ou índios, mas sim todo o povoado de Santa Terezinha, segundo a documentação das terras pela sua grande extensão. Essas empresas utilizaram inicialmente de intimidações sobre a população local, utilizando dos diversos tipos de ameaças para que as terras fossem desocupadas, pois as empresas recebiam incentivos fiscais além de crédito a juros baixíssimos para este tipo de investimento.

É para entender esta lógica que utilizamos Hanna Arendt que trabalha o conceito de violência. Foram vários os autores que pensaram a violência como Otávio Ianni, Max Weber, porém não vamos nos debruçar nestes autores, propomos uma reflexão a partir da conceituação da filósofa Hanna Arendt. Esta filósofa trabalha com uma perspectiva contrária de Weber pois, para este o Estado é quem tem o uso legítimo da violência – como poder legítimo, sua autoridade emana a violência. Já para a autora, o uso da violência se dá pela ausência da autoridade, logo do poder. Isso porque trabalhamos com a violência empreendida não só pelo Estado – que seria o portador legítimo da violência, mas porque esta foi utilizada pela grande empresa que estava atrelada ao governo.

Sua concepção é que a violência “distingue-se pelo seu caráter instrumental²⁷”. Portanto a utilização da violência não pode se confundir com poder, pois para ela poder é “a habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é

²⁶ Id., *ibid.*, 2010, p. 37.

²⁷ ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 63.

propriedade de um indivíduo²⁸”. A utilização da violência também não pode se confundir com a autoridade, pois para ela, autoridade dispensa a violência. “A forma extrema de poder é Todos contra Um; a forma extrema de violência é Um contra Todos. E essa última nunca é possível sem instrumentos²⁹”.

Achamos necessário explicitar estas definições, pois elas nos ajudam a pensar e conforme a autora, a distinguir estes conceitos que muitas vezes são vistos como sinônimos. Por isso elencamos abaixo algumas definições como de autoridade:

Autoridade (...) um termo do qual se abusa com frequência, pode ser investida em pessoas – há algo como a autoridade pessoal, por exemplo, na relação entre a criança e seus pais, entre aluno e professor -, ou pode ser investida em cargos como, por exemplo, no Senado romano; ou ainda em postos hierárquicos da Igreja (um padre pode conceder a absolvição mesmo bêbado). Sua insígnia é o reconhecimento inquestionável daqueles a quem se pede que obedeçam; nem a coerção nem a persuasão são necessárias. (Um pai pode perder a autoridade tanto ao bater em seu filho quanto ao discutir com ele, ou seja, tanto se comportando em relação a ele como um tirano quanto tratando como igual.) Conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo³⁰.

A autora também define força, que muitas vezes é tratada como algo igual a violência, e ela já estabelece sua distinção:

A *força*, que frequentemente empregamos no discurso cotidiano como um sinônimo da violência, especialmente se esta serve como um meio de coerção, deveria ser reservada, na linguagem terminológica, às “forças da natureza” ou à “força das circunstâncias”, isto é, deveria indicar energia liberada por movimentos físicos ou sociais³¹.

Então não pensamos aqui força como um ato de violência, mas sim como algo maior, como a força das circunstâncias, pensando que segundo a Doutrina de Segurança Nacional, forças maiores fizeram que os militares utilizassem de violência para que permanecessem no poder, e na luta contra o “inimigo interno”.

Com efeito, a Igreja Católica que atuava na região teve um papel central neste contexto de conflito que posicionou-se a favor dos pobres e menos favorecidos destas áreas, como os índios, posseiros, peões e por isso também sofreram violência por parte das fazendas e a empreendida pelo aparelho repressivo do Estado. Destacou-se assim figura de D. Pedro

²⁸ Id., Ibid., p. 60.

²⁹ Id., Ibid., p. 59.

³⁰ Id., Ibid., p. 61-62.

³¹ Id., Ibid., p. 62.

Casaldáliga³², Bispo prelado da Prelazia de São Félix, e alguns colaboradores como Pe. Francisco Jentel, Pe. Antonio Canuto e outros religiosos, que defenderam o povo da Prelazia e para isso utilizou os mais diversos mecanismos de resistência.

3. Os casos de violência contra os religiosos da Prelazia de São Félix do Araguaia

Antes de adentrarmos sobre a questão da violência que os religiosos da Prelazia de São Félix do Araguaia sofreram, é necessário contextualizar a situação vivida nesta área de fronteira como trata José de Souza Martins, e definir a Igreja local.

A Igreja Católica desde a morte do Papa Pio XII em 1958 e com a indicação e posse do novo Papa, passa a adotar uma nova perspectiva de atuação³³. Várias foram as mudanças que ocorreram neste novo âmbito da Igreja, uma “Igreja para fora”, que atuava e buscava ouvir seus cristãos, com uma nova política de catolicismo e com novas propostas, e isso ocorreu também no Brasil.

O Movimento por um Mundo Melhor, criado na Itália e adaptado no Brasil pelo padre José Martins, foi um instrumento importante para a renovação que passava o catolicismo. Através de cursos para o clero, os religiosos, as religiosas e agentes de pastoral, em várias regiões do Brasil, uma nova linha de trabalho foi sendo difundida. Essa atualização cuidava da formação das lideranças católicas, prescindindo das estruturas tradicionais e abrindo perspectivas para uma nova forma de ação³⁴.

³² Dom Pedro Maria Casaldáliga Plá nasceu em Balsareny, cidade da Província Catalã de Barcelona, no dia 16 de fevereiro de 1928, Casaldáliga ingressou na Ordem Claretiana, consagrada as missões, onde foi ordenado sacerdote em 1943. No ano de 1968 Dom Pedro Casaldáliga veio para o Araguaia mato-grossense como missionário para assumir as responsabilidades pastorais. Sentiu-se convocado, diante dos problemas encontrados, além das diligências religiosas, investiu tempo e energia na organização de indígenas e posseiros e nas denúncias das violações dos direitos humanos que estes e os *peões* sofriam. Em 1971 ordenaram-no Bispo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Em 2003, ao completar 75 anos, Casaldáliga apresentou seu pedido de renúncia à Prelazia, como exige o Vaticano de todos os Bispos, exceto ao de Roma, o papa. Acerca da atuação de Dom Pedro Casaldáliga na Prelazia de São Félix do Araguaia. Ver: ESCRIBANO, Francesc. *Descalço sobre a terra vermelha*. São Paulo. Ed. Unicamp, 2000.

³³JOANONI NETO, Vitale. *Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970*. Cuiabá: Carlini & Carniato Editorial; EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 2007; e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 – vol. 4.

³⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 – vol. 4, p. 109.

O papa João XXIII, através das Encíclicas “*Mater et magistrae* (1961) e *Pacem in terris* (1963) contribuiu para a renovação do catolicismo”³⁵. O Concílio Vaticano II ³⁶ e todas as ações do Papa João XXIII mudam a concepção que se tinha até então da Igreja. A Igreja a partir de então tinha um sentido e objetivo maior, de “interagir socialmente”, uma Igreja voltada para o humanismo e as necessidades das pessoas. O novo pontífice se volta para as questões do mundo subdesenvolvido, para as desigualdades sociais. Na Encíclica de 1963, ele destaca “o direito à existência, a um digno padrão de vida e à participação nos benefícios da cultura são novamente proclamados”³⁷.

Para Delgado:

A eficácia histórica desses acontecimentos estava em seus objetivos, nas suas orientações, nos documentos, enfim, na totalidade de seu dinamismo. Por isso, o Concílio inspirou novos desenhos para o catolicismo. Seu itinerário era provocar um *aggiornamento*, a atualização da Igreja. Buscar uma linha de unidade, diálogo, compreensão. Abrir-se para um verdadeiro diálogo com a modernidade³⁸.

O Papa João XXIII morreu em maio de 1963 antes de finalizar o Concílio. O novo papa, Paulo VI que foi o continuador das obras do Papa anterior. Em 1968 ocorreu o Encontro de Medellín, marcante para a América Latina. Deste encontro que germinou o que ficou conhecido como Teologia da Libertação:

Em 1968, um acontecimento marcou uma nova etapa do catolicismo na América Latina - a II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano em Medellín. Fruto de condições históricas sociais e religiosas que tiveram início na década de 1950, esse evento trouxe novas esperanças para o catolicismo. Era a segunda vez que o episcopado desse continente se reunia. A primeira conferência ocorreu em 1895, na cidade do Rio de Janeiro. Priorizou as questões internas da Igreja. Medellín, ao contrário, voltou-se para os problemas da América Latina. As diversas comissões consideraram como ponto de partida seus trabalhos a realidade histórica³⁹.

Este encontro foi central para pensarmos a nova perspectiva que a Igreja iria atuar no Brasil⁴⁰, que naquele momento vivia sob uma ditadura militar, com suspensão dos direitos

³⁵ Id., ibd., p. 110.

³⁶ Foi aberto em 11 de outubro de 1962.

³⁷ Id., ibd., p. 110.

³⁸ Id., ibd., p. 111.

³⁹ Id., ibd., p. 113.

⁴⁰ Ver também: JOANONI NETO, Vitale. As diferentes faces da Igreja católica mato-grossense no último quarto do século XX. In: *Igreja católica e os cem anos de arquidiocese de Cuiabá* (1910-2010). PERARO, Maria Adenir (Orgs). Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2009.

civis, forte opressão a perseguidos políticos, um Estado voltado para seus próprios interesses, com um projeto de modernização e progresso do país, que não levava em consideração as desigualdades e as classes menos favorecidas. Ainda segundo Delgado, Medelín:

Passou a ser um divisor de águas entre uma Igreja popular, voltada para os problemas vitais do povo, e uma Igreja tradicional, direcionada para as questões doutrinárias e ortodoxas. Pode-se afirmar que em Medelín estão as raízes da Teologia da Libertação. Um novo olhar conduz suas propostas – o anseio de libertação do povo latino-americano, a denúncia da violência institucionalizada e a constatação da injustiça social⁴¹.

Estes foram os preceitos trazidos deste Encontro para a Igreja no Brasil, e é nesta conjuntura que a Igreja da Prelazia de São Félix com o Bispo D. Pedro Casaldáliga e sua equipe pastoral atuou na região do Araguaia, em prol da “libertação” do seu povo⁴².

Então, entendendo este contexto de atuação da Igreja adepta à Teologia da Libertação⁴³, já podemos adentrar nos conflitos que ocorreram naquela região de fronteira, que segundo Martins:

No Brasil, para os próprios membros do que se podia chamar provisoriamente da sociedade da fronteira, a fronteira parece frequentemente como o limite do humano. A fronteira é a fronteira da humanidade. Além dela esta o não-humano, o natural, o animal. Se entendermos que a fronteira têm dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira como a concepção de fronteira do humano⁴⁴.

⁴¹ DELGADO, op. cit., p. 114.

⁴² É importante destacar que essa postura de Igreja atuante na Prelazia não era unânime no Brasil. Tínhamos também a ala conservadora da Igreja Católica, não só no Brasil, mas no mundo, ala esta que sempre se manifestou como a Opus Dei (a Igreja não era uma unidade). Ala esta que vai dirigir o Vaticano na sucessão de Paulo VI no final da década de 70 com a posse do Papa João Paulo II – de viés conservador.

⁴³ A Teologia da Libertação é uma corrente teológica de interpretação do cristianismo que enfatiza a atuação político-social do cristão em prol da transformação das estruturas de exploração da sociedade capitalista (causadora de injustiça, pobreza, violência, sofrimento e etc.) como em decorrência do amor ao próximo. Desenvolvida após o Concílio do Vaticano II (1962-1965) e a Conferência Episcopal de Medellín (1968), principalmente por teólogos latino-americanos, a Teologia da Libertação ganhou nome e corpo com a publicação da obra Teologia da Libertação, do peruano Gustavo Gutiérrez, em 1971, na qual se formalizou e se estruturou essa leitura mais social da fé cristã. Os teólogos (Gustavo Gutiérrez, Leonardo e Clodóvis Boff, Jon Sabrino, Enrique Dussel, entre outros) afirmavam fazer teologia a partir da realidade (de subdesenvolvimento, dependência, violência e etc.) vivida no Terceiro Mundo e defendia o engajamento social e político dos cristãos com base em conceitos como o da caridade política. A Teologia da Libertação não se restringiu às especulações teológicas, mas difundiu-se no plano pastoral (ao qual se alinharam diversos bispos e padres, entre eles: D. Paulo Evaristo Arns, D. Pedro Casaldáliga, D. Helder Câmara, D. Thomaz Balduino, D. Oscar Romero, etc.). A Teologia da Libertação se tornou hegemônica em boa parte da Igreja Latino Americana até meados dos anos 80. (GUTIÉRREZ, 1975 apud GOMES, 2009).

⁴⁴ MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 140.

Pensamos esta região do Araguaia matogrossense como uma área de fronteira, em que as formas de alteridade são estreitas. É um “lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro⁴⁵”. Falamos do encontro entre o grande latifúndio e a população local – do choque de culturas, na tentativa de imposição do primeiro sobre o segundo, pautado na lógica do capital.

Essa área viveu momentos de dificuldades em quase toda a sua extensão no que toca ao período de 1970 em diante. O confronto que ocorreu em Santa Terezinha foi um caso exemplar referente aos problemas enfrentados na Prelazia. A CODEARA chegou por volta de 1968 sendo que os conflitos principalmente com posseiros⁴⁶ e com a população da cidade já começara desde então. A Igreja interveio orientando essas populações quanto à sua atuação perante as ações adotadas pela fazenda. Os conflitos foram constantes, seja pelas passagens em caminhos e desocupação de terras⁴⁷. Os ânimos se acirraram em decorrência, principalmente pelo que ficou chamado de “briga do ambulatório”⁴⁸, fato que chamou a atenção pela repercussão que gerou o conflito entre a empresa e a população local – luta armada. O Estado teve então que intervir na situação, dando a causa para os posseiros de acordo com a Lei pela repercussão que o confronto entre agropecuária e população local alcançou. Porém, esse episódio não terminou assim, principalmente decorrente do momento vivido, com a Guerrilha do Araguaia⁴⁹ que transcorrerá neste período em Marabá no Pará, estado que fazia fronteira com a Prelazia e também pela postura que os militares adotaram depois do AI-5, gestado sob a Doutrina de Segurança Nacional.

Em consequência destes conflitos, da atuação da população e da Igreja local, foi enviado para Santa Terezinha um destacamento do Exército brasileiro, instaurando um

⁴⁵ Id., ibd., p. 133.

⁴⁶ Primeiro ocupante, mansa e pacificamente, de terras particulares ou devolutas: aquele que adquire, ou ocupa terras, com a intenção de dono, sem título legítimo de propriedade. Ver disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/297314/posseiro#topicos-dicionario> Acessado: 20/03/2013.

⁴⁷ Os problemas eram de ameaças por parte geralmente do gerente da fazenda ou dos seus jagunços, que muitas vezes ateavam fogo nas plantações, cortavam cercas, ameaçavam as mulheres, impunham guaritas nos caminhos, problemas com a utilização das águas.

⁴⁸ Ver: ESTERCI, Neide. *Conflito no Araguaia: Peões e posseiros contra a grande empresa*. Petrópolis: Vozes, 1987.

⁴⁹ A Guerrilha do Araguaia foi um movimento gestado pelo PC do B com objetivo de implantar uma guerrilha no campo, nos moldes chinês. Assim enviaram militantes para o campo no Pará, na década de 60 e início de 70. Esse movimento foi abafado repressivamente pelos militares. Ver: MECHI, Patrícia Spósito. *Da Guerrilha à Luta dos Posseiros: a permanência da violência na repressão aos trabalhadores rurais na região do Araguaia*. Disponível em: www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/101.pdf. Ver também: ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: *O Brasil Republicano: O tempo da ditadura - regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012 – vol. 4.

ambiente de terror e medo entre a população local. Esta ação do exército, em 1972, ocorreu devido à resistência dos posseiros às ações da CODEARA. Este conflito ganhara grande repercussão e levou à prisão do Pe. Jentel, responsabilizado pela resistência armada dos posseiros de Santa Terezinha e acusado de subversivo e comunista.

A atuação do bispo Casaldáliga e da sua equipe pastoral fora de grande destaque para esta conquista da população. D. Pedro não era apenas um mero defensor dos pobres. Sua atuação tinha um teor político, de denúncia e apelo às autoridades, como demonstra a publicação da sua Carta Pastoral⁵⁰, um documento importante de denúncias, o qual divulgou os problemas vividos naquela região. A Igreja local denunciava constantemente a violência contra a população e membros da Igreja através da imprensa e do Jornal Alvorada.

Foi pelo engajamento da Igreja Católica da Prelazia, seus religiosos e agentes pastorais que sofreram juntamente com seu povo por estarem vinculados junto aos desfavorecidos, aqueles que quase não tinham esperança nesta luta contra o capital, essa população que vivia nos confins do mundo numa extrema miséria, os desassistidos pelo Estado, sem acesso aos aparatos legais e sem condições de levar uma vida dignamente. E esta possibilidade agravou-se ainda mais em decorrência da chegada do grande latifúndio nessa região.

Os posseiros juntamente com a Igreja empreenderam essa luta, e recusaram de sair das terras que ocupavam e buscaram os diversos mecanismos de resistência contra as ameaças e ações adotadas pelas fazendas ou até mesmo do poder público local que estava atrelado politicamente ao capital privado. Como em depoimentos que davam para compor o Arquivo da Prelazia, ao forçar as passagens que a agropecuária bloqueava, ao utilizar as aguadas que foram cercadas e que eram de uso público até aquele momento e no caso mais extremo que foi no confronto armado como ocorreu em Santa Terezinha.

A Igreja sofrera pela sua escolha política. Eram atacados tanto pelas agropecuárias que utilizavam de jagunços para se impor perante a população local, e ainda, segundo Escrivano, D. Pedro e sua equipe além de sofrer várias ameaças de morte, o próprio Estado militar na sua atuação na Prelazia, oprimia a Igreja e o povo da região, que foram caracterizados como “comunistas” e “subversivos” ou os associavam como envolvidos com a Guerrilha do Araguaia.

⁵⁰ Ver: CASALDÁLIGA, Pedro. *Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social*. São Félix do Araguaia, 1971. (mimeo).

Os documentos que trabalhamos são relatos, ofícios e declarações que se encontram no Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia, todos digitalizados⁵¹, e que são uma importante fonte para trabalhar e propor uma reflexão acerca das temporalidades e o período da ditadura e os seus resquícios na sociedade. Segundo Guimarães Neto:

O trabalho com testemunhos remete a uma reflexão sobre o lugar e o tempo do historiador e a sua relação com o lugar e o tempo daqueles que testemunharam, entendendo a história como mediação crítica. Assim, o conhecimento do passado pode se tornar um dos acessos possíveis ao presente ou, de maneira mais incisiva, a partir do nosso tempo o que poderíamos perguntar ao passado?⁵²

Os padres documentaram o processo de repressão que sofreram com a chegada do Exército, casos de agressão física, ameaças e outros tipos de violência. O padre Francisco Jentel fora preso e condenado a 10 anos de prisão, sem uma causa plausível e acusação justificada. Após a condenação Jentel foi para o exílio na França, no início de 1973. O destacamento do Exército foi enviado para a Prelazia, para prevenir de uma possível revolta.

Os militares prenderam agentes da Missão, sem ao menos dar a possibilidade de defesa ou de comunicar a ninguém a situação. As acusações eram geralmente de subversão, ou outra qualquer. Naquele momento a atuação do Exército ou da polícia militar não precisavam de provas para realizar as prisões e inquirir as pessoas. Como consta em depoimento no documento, a contadora da Cooperativa e agente da Missão, Tereza foi presa sem nem ao menos poder dizer aos outros onde estava, sendo considerado o seu sumiço, caso de extrema preocupação. “O coronel Euro fez questão de transmitir ao Bispo, pelo padre Leopoldo, que os presos seriam bem tratados, que não se preocupasse”⁵³. O Brasil viveu naquele momento com uma forte suspensão dos direitos civis, sob a égide de um Estado autoritário, governado pela linha dura⁵⁴.

Os presos e os atos de violência empreendidos pelos militares, segundo documentos do Acervo da Prelazia de São Félix, que estão disponibilizados na Pasta A08, foram levados para Cuiabá, e ficaram presos, e depois transferidos para Campo Grande no Estado do Mato Grosso onde sofreram torturas e intimidações. “Em 4 de junho de 1973 Serra Nova⁵⁵ viu-se subitamente invadida por cerca de 60 militares armados de metralhadoras que iniciaram a

⁵¹ Presente em: www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br.

⁵² GUIMARÃES NETO, op. cit., 2013, p. 22.

⁵³ Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08. 2. 3, 1973, p. 4

⁵⁴ Ver: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2004.

⁵⁵ Um pequeno povoado que compunha a Prelazia de São Félix do Araguaia, consultar mapa acima.

operação com descarga de tiros à entrada do patrimônio passando em seguida à revista de todos os ranchos⁵⁶”

O documento trata de uma denúncia dos abusos de poder utilizado pelos militares, que prenderam pessoas injustamente, usaram de violência extrema contra a população sem necessidade, tudo por estarem engajados politicamente com o capital, com a grande empresa (as agropecuárias), da qual vinha travando uma luta contra a Igreja e seu povo desde a sua chegada na região. Diz Casaldáliga em uma carta-denúncia que:

As causas desta nova invasão militar da área da Prelazia de São Félix, e a peculiar agressividade e cinismo de seus autores são mais um capítulo da já antiga perseguição à Prelazia. Um complô de poder econômico, aqui espresso (*sic*) nos interesses dos latifúndios agro-pecuários (*sic*) com o poder político militar. A repressão oficial do país, singularmente virulenta, onde a Igreja ou qualquer pessoa humana se levanta em favor da justiça. Uma vingança pobre da Polícia Militar, cujas arbitrariedades e crimes tivemos que denunciar muitas vezes e sem resultado⁵⁷.

Ao analisar o documento, percebemos o seu teor político de indignação por parte do religioso, sendo o documento do tipo denúncia, método adotado pelos religiosos da Prelazia de São Félix um mecanismo de resistência e de luta.

Essas situações ocorreram porque os militares associavam a figura dos padres com comunistas e subversivos, que na luta pelos direitos dos posseiros e outras populações, confrontavam com os interesses do governo militar e a sua política de ocupação. Por isso utilizavam da violência como instrumento para chegar a um determinado fim, intimidando quem eles pensavam ser as lideranças dos movimentos de resistência da Prelazia, considerado por eles como um “foco de subversão”.

No dia anterior à ação repressiva, consta na carta escrita por D. Pedro aos Bispos D. Tomás Balduino, D. Ivo Lorscheiter e D. Aluísio Lorscheiter e outros, relatando que o Bispo sofrera violência dos militares, tendo sua casa invadida por policiais armados, fazendo revista em tudo e nos arquivos, na busca do leigo José Pontim que já tivera também a casa invadida pela polícia havia algum tempo. As prisões de agentes da Missão continuavam, prenderam o leigo Tadeu Escame, e já estavam presos Teresa Braga Salles, Teresa Adão, Edgar Serra, Luis Barreira e Adata Batista sem nenhum tipo de evidência ou crime, e ainda estavam atrás de José Pontim.

⁵⁶ Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08.2.3, 1973, p. 4

⁵⁷ Id., *ibid.*, p. 5.

Os militares fizeram ameaças aos padres, até delatarem onde estavam escondidos os agentes pastorais:

O Pe. Pedro Mari foi coagido a revelar onde estavam, a serviço, o leigo Antonio Carlos Moura Ferreira e José Pontim, também isso sobre a mira de metralhadoras. E, para que o caso se configurasse e se cumprisse toda justiça, foi o Bispo Casaldáliga esbofetado pelo Capitão Monteiro, em meio a deboches, espancamentos – outros e ameaças, segundo o clássico antecedente histórico. Soube-se também que o Pe. Eugenio Cônsoi, submetido a tentativa de enforcamento e vítima de pontapés no fígado e no estomago, acabou por vomitar sangue⁵⁸.

Nos documentos, principalmente deste período que data de meados de 1973, constam registro de várias invasões em residências, inclusive dos religiosos que ocorreram principalmente na casa do Bispo Casaldáliga, na maioria das vezes a altas horas da noite, os militares adentravam a casa deste com arma em punho para intimidá-los. Os militares queriam controlar o direito de liberdade dos religiosos e da população no geral, e queriam estar sempre informados dos passos de cada um. Quando iam inquerir sobre o paradeiro de alguém, agiam com violência, como ocorreu com o Pe. Canuto.

É importante destacar que ao inquerir os religiosos, estes eram levados para a sede de alguma fazenda, utilizando-se de veículos das grandes fazendas, o que mostra que a atuação militar estava atrelada aos interesses do capital privado atuando mutuamente. Neste caso que estamos tratando, o padre foi levado para a sede da fazenda Agropasa e no relato diz:

[...] fiquei algemado sozinho. Mandaram-me tirar os óculos, e o Tenente Silva mos (*sic*) arrebato. E então começaram a me perguntar pelo Pontim, onde estava, como tinha saído de casa, onde estavam os Padres Pedro Mari e Leo. E a cada pergunta davam-me fortes tapas no rosto e na boca. Quem me espancou foram o Tenente Silva e um outro indivíduo que não cheguei a identificar e que dizia não ter vindo do Rio de Janeiro à toa⁵⁹.

O mesmo documento relata um dos diálogos entre um militar e o padre Canuto (preso, seguindo no carro com o primeiro) no qual ocorreu a conversa:

Afirmava ele⁶⁰ que o posseiro existente numa terra, se o proprietário, vindo, quisesse indenizá-lo, o posseiro deveria aceitar a indenização e retirar-se. Referiu-se algumas vezes à folha Alvorada e que nos escritos do bispo havia coisas injuriosas às forças armadas e que o bispo incitava o povo contra as

⁵⁸ Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08.2.23, 1973, p. 1.

⁵⁹ Documento do Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia – A08.2.11, 1973, p. 1.

⁶⁰ O militar esta com a fala.

forças armadas. Retruquei-lhe que o bispo somente somente (*sic*) expunha a verdade. E que a verdade não faz mal a ninguém⁶¹.

Este diálogo expõe a posição e a visão dos militares sobre a Igreja da Prelazia, sendo uma instituição que lutava contra a política militar. É importante destacar que o padre Canuto estava preso, ele e mais três religiosos, para retirar dele informações sobre a localização do agente Pontim. Os religiosos foram acusados de agitadores por darem cobertura aos posseiros e a agentes que estavam sendo procurados, por isso receberam socos e tapas no rosto para falarem. Segundo relato:

Referiu-se ao Pontim⁶² a quem tínhamos dado cobertura para fugir com quem eles queriam simplesmente conversar para esclarecer alguns dados, dentro da lei. Mostrei-lhe que essa era uma história mal contada, pois 3 colegas nossos tinham sido presos há mais de um mês e nem sequer (*sic*) tínhamos notícias deles e ainda ignorávamos seu paradeiro, num total desrespeito à lei. Por que vocês não são os primeiros a cumprir a lei? – perguntei-lhe. Ficou quieto. Muitas vezes se referiu aos posseiros como pessoas ignorantes e que nós padres não nos devíamos meter em problemas de terras de posseiros. E dizia que nossa atuação junto aos posseiros era pura agitação. Expliquei-lhe nosso procedimento que era o de mostrar ao posseiro os direitos que a lei lhe garante a partir da própria Constituição, passando pelo Estatuto da Terra e por fim o Decreto 70.430 de 17/4/72. Não quis entender⁶³.

O regime militar estava atrelado ao capital, no caso à grande empresa e ao latifúndio. A Igreja com a população tornou-se um percalço no caminho deles. Por isso, pautados na sua Doutrina, os militares agiam com violência, utilizando diversas formas de coerção, para chegar ao seu objetivo. Segundo Hanna Arendt⁶⁴ na sua reflexão sobre a violência, eles usavam esta como um instrumento para chegar a um dado fim de acordo com os seus interesses.

Os agentes pastorais que foram presos e levados à Campo Grande sofreram os diversos tipos de torturas, pois foram vinculados pelos militares à Guerrilha do Araguaia pela sua postura de luta e resistência, por isso eram associados ao movimento de esquerda e eram inqueridos sobre. Segundo Pontim, que fora um dos presos ele relatou sobre os dias vividos:

Enquanto sucediam-se as sessões de tortura (choques elétricos pelos corpos e socos tipo telefone nos ouvidos) éramos inqueridos sobre nossa participação na Guerrilha do Araguaia da qual apenas tínhamos notícias, sobre a história

⁶¹ Id., *Ibd.*, p.2.

⁶² O padre Canuto relatando.

⁶³ Id., *ibid.*, p. 2.

⁶⁴ Ver: ARENDT, Hannah. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

de material escolar, brincadeira que conversávamos na Prelazia e que insistiam ser um código de armas por nós utilizadas. E assim, noite após noites as grades das celas abriam-se rangendo seus ferrolhos e saía um para a cela de torturas. Os que ficavam, rezavam. Quando as torturas extrapolavam a resistência. Muitos choques elétricos nas costas, órgãos genitais, evitando choques nas partes da frente pois poderia levar a óbito e pelas costas forçava a coluna no sentido contrário o que causava muita dor e stress⁶⁵

Tinham segundo os documentos, quatro pessoas da Missão presas em Campo Grande. Estes agentes pastorais foram soltos⁶⁶ em agosto, por volta do dia 20, depois de várias tentativas de Dom Pedro de divulgar e lutar contra esse tipo de opressão e principalmente porque no dia 19 de agosto houve uma grande celebração e manifestação que ocorreu em São Félix do Araguaia com a presença de vários bispos do Brasil, contando também com a presença do representante do Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns da CNBB, uma forma de manifestação contra a repressão. Este evento teve uma repercussão tanto nacional quanto internacional – Espanha, França, Alemanha, Itália, com repúdio à ação dos militares⁶⁷.

Em seguida os agentes foram soltos, tendo que, segundo relatos, assinar uma documentação afirmando que não sofreram nenhum tipo de violência. Tinha-se neste momento por parte do Estado e dos órgãos responsáveis pela segurança civil um total descaso no tocante a esta população que era marginalizada pelo regime militar.

Tratamos também sobre o caso que ocorrera em Ribeirão Bonito, atual Ribeirão Cascalheira, o assassinato do Pe. João Bosco Burnier. Este ao saber que “duas mulheres, dona Margarida e dona Santana, estavam sofrendo na delegacia, impotentes e torturadas: um dia sem comer e beber, de joelhos, braços abertos, agulhas na garganta e sob as unhas⁶⁸”, o padre foi junto com o Bispo Casaldáliga para interceder pelas senhoras.

Segundo Joanoni Neto a tentativa dos religiosos fora em vão, na qual os padres sofreram bofetadas na face e coronhada na cabeça, e sem reação antes de poder sair o Pe. Burnier recebeu um tiro na cabeça disparado pelo militar. Faleceu no hospital em Goiânia poucas horas após o ocorrido.

⁶⁵ PONTIM, José. Relato da Repressão – Depoimento escrito. São Félix do Araguaia, 01 de maio de 2007, p. 4.

⁶⁶ Therezinha, Tadeu, Pontim e Thereza Adão.

⁶⁷ Sobre este evento ver um capítulo da dissertação: CASTRAVECHI, Luciene Aparecida. *Correntes do Araguaia: A exploração de trabalhadores migrantes no Nordeste de Mato Grosso durante a década de 1970*. Cuiabá: UFMT, 2012. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Cuiabá, 2012.

⁶⁸ CASALDÁLIGA apud JOANONI NETO, Vitale. Combati o bom combate, terminei a minha carreira, guardei a fé – as muitas experiências católicas em área de fronteira no Mato Grosso a partir de 1970. In: *Intelectuais e militância católica no Brasil*. Cuiabá: EdUFMT, 2012, p. 319.

Este evento ocorrera em 1976, sendo o padre sepultado no dia 15 de outubro em Diamantino. “[...] durante a missa, a camisa ensanguentada do mártir foi colocada num canto da Igreja com uma inscrição abaixo ‘sem derramamento de sangue não há libertação’⁶⁹”. Esta também era uma forma que D. Pedro sempre usara, canalizando os conflitos, associando o seu povo e o SEU sofrimento ao povo do Evangelho, à questão do martírio, sendo que todos que morreram nos conflitos foram considerados Mártires (na verdade transformados em), e assim, no sentido que a luta deveria continuar para em prol daqueles que deram a vida pela causa.

O assassinato do Padre João Bosco inspirou a construção, em Ribeirão Cascalheira, do Santuário dos Mártires da Caminhada Latino-Americana, localizado à margem da BR-158, no ano de 1977. Segundo Escrivano, Pe. João Bosco tornou-se a grande referência martirial do Santuário dos Mártires. Ao seu lado existem fotos de tantas outras vítimas da tortura⁷⁰.

Após a morte do padre Burnier, a cada dois anos em anos ímpares é realizada a Romaria dos Mártires na Caminhada latino-americana no Santuário de Ribeirão Cascalheira. Esta romaria é a expressão maior da espiritualidade do povo da Prelazia, celebrada no espírito da Teologia da Libertação⁷¹.

Os Murais da Libertação⁷² que foram produzidos nos períodos de 1977 a 2001 pelo pintor Maximino Cerezo Barredo, sacerdote, missionário claretiano, nascido na Espanha também podem ser considerados como uma forma de resistência dessa Igreja libertadora. São onze Murais de tamanhos diferentes, espalhados nos diferentes municípios⁷³.

A importância dos Murais do Araguaia decorre, principalmente, de seu propósito principal, de seu propósito principal, qual seja, evidenciar e inspirar os habitantes da região a admirar suas tarefas laborais e sociais, permitindo a forte identificação das imagens ali representadas com as características mais recorrentes da população nativa. Daí a forte presença das imagens de camponeses, indígenas, sem-terra, mulheres e migrantes, entre outros. As obras de Barredo atribuem uma visão teológica à história e aos personagens da região⁷⁴.

⁶⁹ Id., ibd., p. 320.

⁷⁰ Id., ibd., p. 320.

⁷¹ Id., ibd., p. 321.

⁷² Disponível em: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br>.

⁷³ São Félix do Araguaia, Luciara, Santa Terezinha, Ribeirão Cascalheira, Vila Rica, São José do Xingu e Querência.

⁷⁴ ALVES, Leonice Aparecida de Fátima; GOMES, Maria Henriqueta dos Santos. Murais do Araguaia – uma aproximação. In: *História, terra e trabalho em Mato Grosso*. HARRES, Marluza Marques; JOANONI NETO, Vitale (Orgs). São Leopoldo: Oikos; Unisinos; Cuiabá: EdUFMT, 2009, p. 157-158.

Estes murais⁷⁵ não foram criados pensando em uma estética, mas tinham uma função social, demonstrando o sofrimento e a dor do povo da Prelazia, como uma forma de reforçar a vocação do povo de Deus e a importância da luta para a libertação.

As imagens retratam, com inspiração no realismo, o sofrimento das pessoas do Araguaia, os aspectos que evidenciam o seu dia-a-dia e integram a fé e a vontade de viver e de serem reconhecidos como cidadãos. Os murais são uma mescla de motivos religiosos e crítica social, denunciando os sofrimentos e as dificuldades que posseiros, peões e índios tiveram de enfrentar com apoio da Igreja⁷⁶.

Por isso o destaque dado aos murais, “[...] em uma localidade em que poucos sabem ler e escrever, as imagens dos afrescos nas Igrejas elucidam a história vivida naquele local; é uma cartilha, cumprindo uma função pedagógica importante no que tange a memória da população”⁷⁷. Por isso estão presentes nos altares das Igrejas, para lembrar a população da importância da sua luta. Com efeito, estes murais remetem utilizando-se de imagens os vários processos que ocorreram nesta região, como a chegada das agropecuárias e os conflitos fundiários, a questão dos peões e índios, os mártires que lutaram pelo seu povo entre outras questões que estavam presentes no cotidiano naquele momento histórico.

Essa foi outra forma de resistir e lutar contra a repressão e a violência. O jornal Alvorada – jornal local, também contribuiu neste sentido, sendo um instrumento importante para divulgar “as ações da Igreja e servir como instrumento de “conscientização” da população local”⁷⁸. O jornal foi criado em 1971 neste contexto de conflitos com o grande latifúndio como forma de denúncia, divulgação e circulação de informações. Em Escribano Casaldáliga relata:

Eu sempre digo que há muitas prelazias aqui no Brasil que viveram situações muito mais duras que a nossa, mas não as escreveram. Nós, em São Félix, somos muito mais conhecidos em toda parte porque tivemos a preocupação

⁷⁵ Sobre os Murais da Libertação ver: GOMES, Maria H. dos Santos. *Murais da Libertação no Araguaia/MT: materialização da resistência e luta de um povo esquecido durante os anos de chumbo*. Cuiabá: UFMT, Universidade Federal de Mato Grosso, 2009. Monografia (Licenciatura e Bacharelado), 2009; JOANONI NETO, Vitale. As diferentes faces da Igreja católica mato-grossense no último quarto do século XX. In: *Igreja católica e os cem anos de arquidiocese de Cuiabá (1910-2010)*. PERARO, Maria Adenir (Orgs). Cuiabá: EdUFMT/FAPEMAT, 2009.

⁷⁶ Id., ibd., p. 158.

⁷⁷ Id., ibd., p. 159.

⁷⁸ SCALLOPPE, Op. cit., 2012, p. 16.

de publicar tudo o que íamos vivendo. É, como dizia Jesus, uma maneira de gritar de cima dos telhados⁷⁹.

Com efeito, consideramos de fundamental importância trazer à tona estas questões que tornaram-se recorrentes na região da Prelazia de São Félix do Araguaia no período analisado. Tema de extrema relevância para os dias atuais, haja vista o quinquenário da Ditadura Militar no Brasil. Trazer a reflexão sobre questões vividas neste período que tratamos relacionando a ditadura com a história local, trabalhando com documentos, relatos de pessoas que sofreram e lutaram neste momento histórico é central para o historiador que busca construir uma narrativa crítica e que não se esquiva do debate contemporâneo a ele, que trata de um momento tão importante que o nosso país viveu e que muitas vezes faz-se esquecido numa tentativa de abafar vozes que sofreram neste período e que trazem até hoje marcas do sofrimento vivido.

Buscamos no passado, questões que nos inquietam no presente. A Prelazia de São Félix do Araguaia ainda é palco de conflitos agrários, conflitos estes que ainda são muito pouco estudados pelos historiadores, porém que deveriam ser vistos com outro olhar, haja vista a amplitude que este tema abarca e a variedade documental presente no Acervo da Prelazia de São Félix do Araguaia. Por isso tentamos levantar alguns questionamentos sobre estas situações que são de extrema relevância para entender não só questões do passado (dos Anos de chumbo⁸⁰), mas porque trata-se da história do tempo presente, pensando a trajetória política e social do nosso país.

⁷⁹ ESCRIBANO, Op. cit., p. 59.

⁸⁰ Ver: D'ARAUJO, Maria Celina; SOARES, Glauco Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs). *Os Anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.